

RECIPROCIDADE E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS NO BRASIL

ERIC SABOURIN

RESUMO *A partir de uma breve exposição dos princípios da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, o artigo propõe uma crítica da leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil. Essa visão nega a existência estruturante de relações de reciprocidade, no mundo rural brasileiro, objeto deste artigo. Propõe a análise de políticas públicas rurais – geralmente formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do princípio da troca – pelo prisma das relações de reciprocidade e das configurações sociais entre atores.*

PALAVRAS-CHAVE *Reciprocidade, troca, políticas públicas, território, agricultura familiar, desenvolvimento rural.*

ABSTRACT *Building on the principles of the reciprocity theory in Economic Anthropology, this paper proposes a critical reading of social and economic relationships exclusively framed through the use of a market exchange approach. The latter approach denies the existence of structured relationships of reciprocity in rural Brazil's case – the subject of this article. We argued that public policy for rural areas is limited and outlined by an understanding of development as a process solely based on the principle of exchange. I propose a more comprehensive analysis of rural policy making using reciprocity relationships theory and stakeholders' social configurations.*

KEYWORD *Reciprocity, exchange, public policies, territory, family agriculture, rural development.*

INTRODUÇÃO

O artigo examina possíveis aportes da teoria da reciprocidade para a leitura e a elaboração das políticas públicas de desenvolvimento rural. A análise de políticas públicas trata, antes de tudo, de relações entre atores ou grupos de atores (DURAN, 1999; LAGROYE et al., 2002; MASSARDIER, 2008) e das diversas configurações sociais (ELIAS, 1997; 2004) que elas podem tomar.

A partir de uma breve exposição dos princípios da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, proponho uma crítica da leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil. Essa visão nega a existência estruturante de relações de reciprocidade que não relevam a lógica da troca, no mundo rural brasileiro. Como consequência, a concepção, a elaboração, a implementação e a avaliação das políticas de desenvolvimento rural estão também formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do princípio da troca, quando não da única troca mercantil.

O objetivo deste artigo é propor elementos complementares para analisar as políticas e os instrumentos de desenvolvimento rural em situações mistas, ou seja, em sistemas econômicos e sociopolíticos nos quais práticas e relações de troca e de reciprocidade coexistem (SABOURIN, 2011a). Um campo de aplicação privilegiado reside nas políticas dedicadas à agricultura familiar, pois esse segmento oferece situações características de sistemas sociais e econômicos mistos. Da mesma maneira, é possível analisar a partir desse enfoque os instrumentos de gestão dos recursos comuns (OSTROM, 2003, 2005) e dos territórios rurais.

A abordagem metodológica associa uma reflexão teórica e mobilização de alguns resultados de um trabalho empírico de acompanhamento dos processos de elaboração e de aplicação de diversas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, nos últimos quinze anos (SABOURIN, 2006, 2007, 2009, 2011a e b; TONNEAU e SABOURIN, 2007).

O texto é dividido em três partes: i) a apresentação do referencial da teoria da reciprocidade; ii) a contribuição da teoria da reciprocidade para a análise das políticas públicas como configurações sociais; iii) a mobilização da reciprocidade para propostas alternativas e suas perspectivas críticas.

ANTECEDENTES E REFERENCIAL TEÓRICO

O QUE ENTENDEMOS POR RECIPROCIDADE?

Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (*dependência mútua, fato de ser solidário*) ou de mutualidade. Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou por muito tempo as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas ou entre grupos, em particular nas sociedades indígenas e camponesas (MAUSS, 2003).

Marcel Mauss é mais conhecido por ter redescoberto a dádiva nas sociedades primitivas do que pela sua contribuição à noção de reciprocidade. Paradoxalmente, procurando colocar a dádiva na origem da troca (convém se situar dentro do contexto dos anos 20), ele mostra em *Ensaio sobre a Dádiva*, de 1924, que a dádiva é oposta à troca mercantil. Mas demonstra igualmente, através da formulação da tríplice obrigação “dar, receber e retribuir”, que é a reciprocidade que está no início dos ciclos de dádiva (MAUSS, 2003, p. 185).

Não há, porém, consenso entre os seguidores e estudiosos do *Ensaio sobre a dádiva*. Sigaud (1999) mostra, assim, uma descontinuidade da herança de Mauss e, sobretudo, as diversas interpretações, às vezes contraditórias, que foram feitas do *Ensaio sobre a Dádiva*.

Lévi-Strauss (1977, p. IX-LII), em prefácio de *Sociologia e Antropologia*, de Mauss, criticara o autor por não ter percebido que é a troca e não um sistema qualquer de crenças indígenas (o espírito da dádiva ou o *mana*) que constitui a estrutura subjacente às três obrigações de “dar, receber e retribuir”. A crítica que faz, na verdade, é por Mauss, não ter postulado a troca no centro da função simbólica.

Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser, ao limite, o caso da troca.

Mas por que falar de reciprocidade e não de troca que é geralmente definida como o fato de ceder um bem mediante uma contrapartida?¹ De fato, o termo de troca é polissêmico e está sendo utilizado tanto no senso comum como no senso acadêmico para designar categorias bem diferentes como a permuta, a troca mercantil, as trocas personalizadas da sociabilidade privada ou primária (CAILLÉ, 2001), o compartilhamento (trocar palavras ou ideias) e as trocas simbólicas (LÉVI-STRAUSS, 1949; BOURDIEU, 1994 a e b) – relações nas quais não existe ou não predomina a noção de cálculo interessado e estratégico para acumular recursos e lucros, muitas vezes tirando proveito de fraquezas do parceiro.

Necessitamos da noção e do princípio de reciprocidade, precisamente para caracterizar relações e prestações que não impliquem a noção de cálculo ou que não privilegiem apenas a satisfação de interesses materiais privados que correspondem bem ao espírito do princípio de troca.

Vários trabalhos no Brasil fizeram emergir a necessidade de uma reflexão centrada na reciprocidade em torno de uma teoria da dádiva (LANNA, 1995; SIGAUD, 1996; 1999; MARTINS, 2002; MARTINS e CAMPOS, 2006). A reciprocidade como princípio ou categoria econômica foi reabilitada a partir dos trabalhos referentes à economia solidária (MARTINS e NUNES FERREIRA, 2004; CASTEL, 2006) e de pesquisas no mundo rural (MENEZES, 2006; RADOMSKY e SCHNEIDER, 2007; GODOI, 2009; SABOURIN, 1999, 2004, 2006, 2009).

A TEORIA DA RECIPROCIDADE DE TEMPLE E CHABAL

O primeiro elemento da teoria da reciprocidade proposta por Temple e Chabal (1995; TEMPLE, 2003) envolve a definição do conceito do ponto de vista sócio antropológico. O princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contradádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. O reducionismo

¹ A troca, no sentido antropológico geral, é definida como “um termo aplicado a todo movimento de intenção recíproca entre duas partes” (ENCYCLOPEDIA UNIVERSALIS, 1984, p. 897). Na economia, a troca corresponde a “diferentes modos de transferência de bens e de serviços realizados mediante contrapartida ou equivalência entre uns e outros” (Idem, p. 897).

dessa definição que prevaleceu um tempo na antropologia, em particular após a interpretação de Lévi-Strauss da contribuição de Mauss² levou muitas vezes, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca, explica Chabal (1996), pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951), a qual faz aparecer um *Terceiro incluído* na relação de reciprocidade. Permite, assim, interpretá-lo como o *ser* dessa relação e dar conta dela ou interpretá-la como a estrutura originária da intersubjetividade, irredutível à troca de bens ou de serviços que libera do laço social ou da dívida. Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, como havia identificado Polanyi (1957), mas um princípio oposto ao da troca.

Por outra parte, as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas, no sentido antropológico. Assim se declinam, segundo algumas estruturas elementares, tais como foram propostas inicialmente por Mauss (1924), Lévi-Strauss (1949), Temple (1998) ou Anspach (2002).

Existem quatro categorias de estruturas de reciprocidade: a) a reciprocidade binária, com duas variantes: a relação bilateral ou *cara a cara* e o *compartilhamento*; b) a reciprocidade ternária, que mobiliza pelo menos três sujeitos e que pode ser unilateral (por exemplo, entre gerações) ou bilateral (as relações funcionam nos dois sentidos); c) a reciprocidade centralizada, que corresponde à definição de Polanyi (1957) da redistribuição a partir de um centro de poder que capta e redistribui recursos; d) a reciprocidade generalizada, com relações múltiplas e abertas entre todos (por exemplo, a figura do mercado de reciprocidade nos Andes ou na África).

Essas relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica geram valores éticos: a relação de reciprocidade

2 Sigaud (1999) analisa como Lévi-Strauss (1977) utilizou partes do Ensaio sobre a dívida de Mauss, para justificar sua teoria da troca generalizada e da troca simbólica.

em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura simétrica de compartilhamento dos bens dentro de um grupo gera a confiança. Assim, outros tipos de relação em outras estruturas podem produzir outros valores específicos. Esse elemento constitui, sem dúvida, a parte mais complexa da teoria da reciprocidade proposta por Temple e Chabal (1995). É o aspecto mais difícil de validar, visto que envolve não somente a produção de bens materiais, mas também a produção de sentimentos e valores humanos.

Um terceiro elemento da teoria de Temple e Chabal considera os diferentes níveis do princípio de reciprocidade e os modos que lhe são específicos. São três os planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações) (TEMPLE, 1997, 2003).

Para resumir, existem várias estruturas elementares de reciprocidade nas quais as relações geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem, igualmente, várias formas de reciprocidade que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis e formas se articulam para configurar sistemas de reciprocidade.

RECIPROCIDADE E CONFIGURAÇÃO SOCIAL

A complexificação e a diversificação das políticas públicas têm levado a analisá-las como construções sociais, como conjuntos complexos de acordos institucionalizados entre agentes econômicos com interesses mais ou menos divergentes (CALLON *et al.*, 2001). A noção de ação pública foi mobilizada para dar conta da renovação dos processos de gestão da decisão política (DURAN, 1999; MASSARDIER, 2008). Hoje, a ação pública é caracterizada pela fragmentação dos lugares do poder, pela interdependência entre os atores e pela existência de enfrentamentos ou de conflitos de ação pública, cada vez mais

canalizados no marco de espaços de negociação promovidos para acolher mecanismos de discussão (LAGROYE *et al.*, 2002, p. 501).

Recorro à noção de “configuração” de Elias (2001) para tratar das dinâmicas de interação entre representantes da sociedade civil, dos agricultores familiares e dos governos federal, estaduais e municipais no seio dos novos espaços de discussão das políticas públicas agrícolas, rurais e ambientais (conferências regionais e nacionais, fóruns, consórcios e conselhos), que se aproximam do conceito de arenas de interdependência mútua entre indivíduos. Para Elias, dizer que os indivíduos entram em configurações equivale a dizer que o ponto de partida de qualquer pesquisa sociológica é uma pluralidade de indivíduos que, de uma ou outra forma, são interdependentes. Dizer que as configurações são irreduzíveis equivale a dizer que não conseguiríamos explicá-las com termos que suponham que, de certa forma, elas existem de maneira independente em relação aos indivíduos. Tampouco conseguiríamos fazê-lo através de termos que envolvam a existência dos indivíduos fora destas configurações. (ELIAS, 2001, p. 253, tradução nossa).

As interações entre atores e grupos sociais remetem para diversos tipos de interesses materiais individuais ou coletivos. Entretanto, elas também podem depender de laços de solidariedade, proximidade, amizade, prestígio, ou seja, de relações de reciprocidade mais ou menos simétricas e, portanto, mais ou menos éticas. Relações de trocas políticas ou relações de reciprocidade são vinculadas por redes interpessoais e alianças de diversas naturezas (profissionais, religiosas, ideológicas, vizinhança, etc.), que podem constituir empreendimentos, redes ou coalizões de políticas públicas (SABATIER e JENKINS-SMITH, 1993; MARSH e SMITH, 2000). A análise da configuração social associada a uma política ou a uma ação pública nos ajuda a entender a origem, a evolução e a aplicação dos seus instrumentos.

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CONFIGURAÇÕES SÓCIOPOLÍTICAS

A importância econômica, política e eleitoral da agricultura brasileira explica a sensibilidade dos governos às suas bases sociais, sejam elas do agronegócio, da agricultura familiar ou dos sem-terra. Às novas reivindicações dos movimentos e das bases correspondem novas formas de configuração social associadas às políticas públicas.

CONFIGURAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA NO BRASIL

Em 1995, com o reconhecimento oficial de uma política específica de apoio à agricultura familiar, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Rural, no âmbito do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); em 1999, criou-se a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), no âmbito do novo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. A partir de 2003, o MDA passou a comportar três secretarias: a SAF, que administra o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a política nacional de assistência técnica e extensão rural; a Secretaria de Reorganização Agrária (SRA), que cuida do INCRA e da reforma agrária; e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), encarregada de implantar novas abordagens do desenvolvimento rural, sob a orientação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar (CONDRAF).

Indiretamente, a ação do MAPA envolve também a agricultura familiar. Ele se encarrega da regulamentação da comercialização dos produtos e estoques por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento Agrícola (CONAB), da legislação, dos controles sanitários ou de qualidade, em particular dos produtos agroecológicos e orgânicos e, finalmente, da pesquisa agrônoma com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Essa organização setorial dos ministérios leva a uma separação das políticas agrícolas, social e ambiental e a uma especialização das secretarias do próprio MDA em função do público-alvo. A SAF se dirige a agricultores familiares acessando créditos diferenciados do PRONAF ou a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); a SRA cuida dos agricultores familiares beneficiários da reforma agrária; a SDT trata das organizações e cooperativas da agricultura familiar e das infraestruturas coletivas, etc.

Assim, não há apenas uma política agrícola dualista entre agriculturas familiares (MDA) e patronais (MAPA). Há também uma pluralidade de políticas e de ministérios intervindo no mundo rural. É natural que o Brasil, país-continente de agricultura tão diversificada, não disponha de uma única política agrícola; porém a tendência que prevaleceu depois da redemocratização consiste em satisfazer a cada setor de acordo com sua capacidade de reivindicação. Em decorrência, privilegiou-se o apoio à agricultura patronal, que dispõe de muito mais força no congresso nacional e nos governos dos principais estados. A separação entre dois ministérios, associada a relações de muita proximidade entre secretarias e organizações dos beneficiários, aumenta o risco de segmentação das respostas e de instalação de relações corporativistas. Essa segmentação de orientações e prioridades, já pouco propícias à legibilidade e à compreensão pelos beneficiários ou pela sociedade, acabou exacerbada pela distribuição de cargos no primeiro governo Lula. Os Ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio e do Desenvolvimento foram entregues a grandes proprietários, agroexportadores de cana-de-açúcar, de gado ou de aves. As três secretarias do MDA foram distribuídas entre responsáveis e equipes provenientes dos movimentos sociais e das organizações sindicais da agricultura familiar, concorrentes entre si: a SRA para a CONTAG, a SAF para a FETRAF, o INCRA para o MST e a SDT para as cooperativas de agricultura familiar. Tal repartição dos cargos é característica

de uma política clientelista. MEDARD (1976, p. 103-110) define precisamente o clientelismo político como “uma relação bilateral, particularista e difusa [...] uma relação de reciprocidade que supõe um intercâmbio mutuamente benéfico entre parceiros desiguais”. Trata-se de uma relação de reciprocidade centralizada e assimétrica, a partir de um centro de poder.

Essa configuração não facilita a coordenação entre os vários instrumentos e programas, e acarreta a superposição de medidas, por vezes contraditórias (entre produção e conservação ambiental ou entre produção e legislação sanitária). Com frequência, a justaposição de políticas públicas divergentes é alimentada pela disputa entre projetos de diferentes secretarias em uma mesma região ou pela falta de correspondência entre os territórios rurais apoiados pelo MDA e os territórios de planificação dos estados federados. Em princípio, a abordagem territorial, sendo mais transversal, deveria contribuir para coordenar melhor as abordagens setoriais, partindo das realidades dos meios e dos atores locais. Mas, como anda a abordagem territorial e participativa no que diz respeito ao desenvolvimento rural brasileiro?

DA NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS À AÇÃO PÚBLICA TERRITORIAL: LIMITES DA PARTICIPAÇÃO

No Brasil, certas organizações de agricultores familiares têm progressivamente assumido funções coletivas de produção de bens públicos, além da função de defesa dos interesses da classe ou do grupo sócio profissional (SABOURIN et al., 2005; SABOURIN, 2010b). Isso se deve em parte à herança de sistemas de gestão comunitária dos recursos naturais (água, terras, pastos, floresta, sementes), e em parte às carências históricas do Estado e das coletividades territoriais para garantir bens públicos de base no meio rural (educação, saúde, inovação técnica). Essas carências foram acentuadas pelos fenômenos de descentralização das funções de apoio do Estado Federal a partir da constituição

de 1988 (sem garantir sempre a transferência dos recursos correspondentes aos estados e municípios) e de desengajamento de certos apoios públicos à agricultura familiar (assistência técnica, comercialização, etc.). Finalmente, três mecanismos mais recentes vieram reforçar as modalidades de articulação entre iniciativas coletivas isoladas e o Estado (TONNEAU e SABOURIN, 2007): a) A constituição de polos sindicais reunindo os sindicatos de trabalhadores rurais de vários municípios na escala da microrregião; b) a criação de fóruns mistos e o engajamento de ONGs e de universitários junto aos movimentos sociais rurais nessas articulações “híbridas”; c) a territorialização do desenvolvimento rural em 1996 (com a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e o PRONAF para financiamento de infraestruturas coletivas) e, desde 2004, com os Conselhos ou Colegiados dos Territórios Rurais (CODETER) do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (PRONAT). Concretamente, o sucesso da abordagem territorial depende, por um lado, da capacidade dos agricultores familiares em construir sua representação, tomar a palavra e consolidar um poder de decisão dentro dos conselhos. Por outro lado, depende da capacidade do Colegiado em tecer colaborações com as comunidades locais e, também, com os setores público e privado, em torno da elaboração de projetos comuns. A experiência anterior dos CMDR mostrou a perversidade da visão neoliberal da descentralização que conduz a uma fragmentação dos poderes e dos contra poderes locais e pode contribuir para fragilizar antigos espaços de resistência e de negociação socialmente e historicamente constituídos. Nesse tipo de dialética de negação do outro e de concorrência entre projetos, recursos e ideologias, é mais fácil e rápido destruir projetos comuns do que construí-los.

Entretanto, as primeiras avaliações do PRONAT e dos conselhos de desenvolvimento territorial conduzidas no Brasil mostram diversas resistências corporativistas. Observam-se

mais oposições e boicotes da dinâmica territorial quando o governo do Estado federado ou do município se encontra na oposição à coalizão do governo federal (SCHNEIDER et al., 2003; DELGADO et al., 2008; SABOURIN et al., 2013). Em vários territórios, reações corporativistas têm oposto os movimentos sindicais da agricultura familiar ou as ONGs locais da sociedade civil entre eles por conta da competição para o estabelecimento de bases sociais ou para a captação de recursos. Na Amazônia, onde as instituições são mais recentes e frágeis, a dinâmica territorial do MDA foi instrumentalizada por lutas entre facções sindicais pela representação dos agricultores familiares. Na região de Marabá (Pará), o processo praticamente destruiu a organização camponesa anterior (VEIGA et al., 2007). Em outros casos (estados do Acre e do Mato Grosso), os projetos dos agricultores são praticamente reféns de ONGs homologadas pelo MDA como articuladoras para apoiar a elaboração dos projetos dos agricultores familiares (SABOURIN e RODRIGUES, 2009).

Uma reação corporativista quase generalizada no Brasil é a dos técnicos (o corpo dos engenheiros agrônomos) que se encontram repartidos nos três níveis do poder (municipal, estadual e Estado federal) e nos três setores sócioprofissionais (ONG, cooperativas e serviços públicos). Eles dividem, além dos interesses corporativos, uma visão tecnocrática e uma posição de autoridade em matéria de competências técnicas e organizacionais (ÁVILA, 2011, AVILA et al., 2011).

É claro que, por natureza, a implantação de uma planificação ascendente (quando é o caso) favorece a emergência e a formalização de novas demandas sociais e de novas alianças entre atores. Pode permitir, igualmente, levar em conta as diversidades regional, ecológica e étnica; pode abrir possibilidades de conquista de espaços ou, pelo menos, de janelas de negociação entre atores públicos e privados ou entre ação coletiva e ação pública (MASSARDIER, 2008).

A POLÍTICA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

A negociação e a gestão de projetos territoriais duráveis se baseiam em mecanismos de interação entre ação pública e ação coletiva por meio dos conselhos de desenvolvimento sustentável. No seu discurso, a política de desenvolvimento territorial rural brasileira propõe construir bases mais humanas de desenvolvimento econômico, fundamentadas nos valores éticos de equidade, justiça, respeito pela diversidade, corresponsabilidade e reconhecimento do aspecto multifuncional dos espaços rurais (MDA, 2003; 2005). Entre 2003 e 2010, duzentos e cinquenta territórios rurais foram identificados e homologados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário que ofereceu um apoio metodológico para a aplicação de planos de desenvolvimento territorial sustentável.

Todavia, segundo a opinião dos próprios responsáveis do MDA/SDT, esses territórios, cujos contornos foram desenhados por decisões dos municípios e dos Estados federados têm, às vezes, pouca identidade própria e pouco reconhecimento por parte dos agricultores, dos atores econômicos e até dos políticos. Essa noção de identidade (reconhecimento, compartilhamento, resistência, cooperação, solidariedade) está no coração do princípio de reciprocidade (ECHEVERRI, 2009; GROUPE POLANYI, 2008).

Em geral, os territórios rurais apoiados pelo MDA foram definidos a partir de bases geográficas (vales, bacias, periferia de uma capital...). Por vezes, isso se deu a partir de bases políticas: polos sindicais regionais da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-FETRAF e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura-CONTAG, entre outros, acarretando uma reação de desconfiança ou até de hostilidade por parte das administrações municipais e dos governos de Estados federados que não se alinham com o poder federal. A população rural envolvida não foi consultada

e, em muitos casos, desconhece a existência do território ou do projeto de território, mesmo após vários anos de sua criação. Por sua vez, os municípios e Estados federados tentaram contornar a política de territorialização federal, criando então consórcios de municípios, às vezes no próprio âmbito dos territórios rurais apoiados pelo MDA, em bases políticas concorrentes, como ocorre, por exemplo, no Estado do Mato Grosso (SABOURIN et al., 2013). A vantagem desses consórcios, comparados aos territórios rurais, reside na sua pessoa jurídica oficial que permite receber e administrar financiamentos públicos. Claro, a descentralização não se dá por decreto. A experiência mostra que embora a sociedade civil e o setor privado estejam acostumados com relações horizontais, o Estado e seus serviços têm dificuldade em abandonar o eixo vertical de tomada de decisão.

Essa política territorial repousa na ação pública, quer dizer, nas interações entre a ação coletiva da sociedade civil organizada e os poderes públicos (MDA, 2005; TONNEAU e SABOURIN, 2007; SCHNEIDER et al., 2003). Portanto, temos agora a possibilidade de analisar essas interações humanas não apenas pelo princípio da racionalidade e do interesse do ator, mas pelo enfoque da reciprocidade.

Por um lado, o PRONAT e a instituição dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) têm contribuído para introduzir uma dose de lógica de reciprocidade num contexto dominado pela competição política e pela concorrência local ou municipal pelos recursos. A abertura de novos espaços de negociação às organizações dos agricultores familiares reduziu a forte assimetria de poder com relação à administração e ao setor público. As relações estão ainda longe de serem simétricas e *inter pares*, mas os esforços repetidos de capacitação dos conselheiros (tanto os da sociedade civil como dos governos) permitiram o encontro, a aproximação e o diálogo entre os diversos grupos sociais. Deram lugar a novas aprendizagens

mútuas e a emergência de novas lideranças da agricultura familiar, em particular mulheres e jovens (COUDEL et al., 2009).

Essa aprendizagem mútua, social e institucional, pela experiência compartilhada é um caso típico de produção de valores éticos e simbólicos associados à produção de valores instrumentais (o conhecimento, a informação) e matérias (projetos financiados) (OSTROM, 2003, 2005). Essa relação, quando recorrente, configura uma estrutura de reciprocidade binária de compartilhamento de saberes e conhecimentos, de reconhecimento e de fortalecimento da institucionalidade da agricultura familiar e do desenvolvimento rural.

Pode-se destacar, a favor do PRONAT, o surgimento de uma nova geração de técnicos nos serviços públicos e nas ONGs e de dirigentes das comunidades e organizações de agricultores familiares que ainda não foram engolidos ou corrompidos pelo sistema clientelista tradicional.

Em contrapartida, em diversos territórios rurais do PRONAT que acompanhamos (Águas Emendadas, Baixo Amazonas, BR163, Borborema, Nordeste Mineiro, Portal da Amazônia), a análise mostra seis principais tipos de limites:

- participação da sociedade civil contrariada pelas relações de reciprocidade assimétrica: existe uma avaliação insuficiente das consequências da assimetria de estatuto, de poder e de capacidades entre as organizações de agricultores familiares de um lado, e o setor privado e poderes públicos pelo outro lado (ÁVILA et al., 2011);

- coordenação atropelada pela confusão entre reciprocidade horizontal (planejamento ascendente com definição e elaboração de projetos locais pela base) e reciprocidade vertical (decisão autoritária e descendente do Estado central);

- confusão entre reciprocidade simétrica, reciprocidade centralizada e redistribuição pública, quer dizer, entre descentralização (transferência de responsabilidade e recursos

para o nível local), desconcentração do Estado (organização da dimensão intermunicipal) e territorialização de uma política pública universal (energia elétrica, telefonia rural ou inclusão digital);

- confusão entre lógica de reciprocidade na consulta pública por meio dos conselhos ou espaços de discussão de projetos (relações de compartimento e de “cara a cara”) e uma lógica de troca e de cálculo na repartição e negociação dos recursos mediante os filtros da administração estadual ou federal (MASSARDIER et al., 2012);

- o fato de confiar a avaliação pública dos programas aos próprios beneficiários da política na sociedade civil, em nome da gestão social participativa (MDA, 2005);

- dificuldade em identificar os projetos de natureza territorial (recursos e objetivos compartilhados) a partir das iniciativas locais, por conta de uma leitura do desenvolvimento pela única lente da troca mercantil (SABOURIN et al., 2013).

Para o MDA, com a política de desenvolvimento territorial, tratou-se, ao mesmo tempo, de se inovar institucionalmente em relação às políticas agrícolas anteriores (com projetos negociados e intermediados pela sociedade civil organizada, num marco territorial, etc.) e, no plano político, de tentar contornar as autoridades dos estados e dos municípios, soberanas no que tange à execução dos programas e dos projetos em virtude da subsidiariedade do sistema federal.

Além do voluntarismo, expresso pela projeção das novas políticas territoriais negociadas tanto na mídia como na agenda federal e dos movimentos sociais no campo, existem várias limitações ao duplo processo de participação popular e de territorialização do desenvolvimento rural. Esses freios podem ser explicados por mecanismos de dependência do caminho ou *path dependency* (MAHONEY, 2001), especialmente com relação a práticas clientelistas anteriores e ao sistema de subsidiariedade da administração federal brasileira.

Uma das dificuldades do PRONAT vem também da sua ambição de associar territorialização do desenvolvimento, desconcentração ou descentralização do Estado e participação popular em um mesmo processo. Ora, são três categorias de enfoques e de instrumentos bem diferenciadas e independentes. Participação popular e territorialização não são sinônimos e não funcionam naturalmente juntas. Da mesma maneira descentralização e desconcentração do Estado se dão mediante a transferência de competências e recursos aos estados federados e às prefeituras municipais, mas não obrigatoriamente mediante a participação da população. É; por exemplo, o caso dos consórcios de municípios. No PRONAT, existe um risco de confusão entre territorialização e participação popular, já que, normalmente, a elaboração e a execução dos projetos deveriam assumir, simultaneamente, essas duas características.

Todavia, essas iniciativas antecipam um campo de experimentação em termos de interação entre a ação coletiva dos agricultores e a ação pública do Estado, em suas diversas escalas. Em termos de impacto, o PRONAT continua sendo pouco significativo: seu orçamento anual representava cerca de R\$ 100 milhões no seu apogeu, em 2008, ao passo que o PRONAF continuava sendo a única política pública estruturante da agricultura familiar brasileira, com R\$ 10 bilhões aplicados no mesmo ano.

Finalmente, o reconhecimento público das iniciativas de gestão ou de produção de bens comuns pelos grupos de agricultores tem aberto novas perspectivas. Ele permite fundamentar, a partir de práticas locais, mecanismos de co-construção de instrumentos de políticas públicas, assim como uma alternativa de política de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura específica nos países do Sul (SABOURIN, 2010 a e b).

A noção de multifuncionalidade da agricultura nasceu publicamente no Brasil no âmbito da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

(proclamada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992). A multifuncionalidade pode ser definida como o “conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade” (LAURENT, 1999). E foi assim caracterizada como o reconhecimento pela sociedade do interesse público de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária. O reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais permitiu agregar um caráter operacional (e diversos instrumentos) às noções bastante abstratas de desenvolvimento sustentável (MORMONT, 2000) ou de agricultura sustentável (CARON et al., 2008). Pois, defender uma agricultura multifuncional leva precisamente a valorizar, a preservar, a tornar perenes as funções sociais, ambientais e até econômicas de interesse geral, associadas a essa atividade. Proponho a hipótese que isso supõe também garantir a reprodução ou a atualização das relações humanas, das estruturas socioeconômicas, das instituições que garantem essas funções – geralmente não mercantis – e os valores a elas associados.

ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITORIALIDADES DE RECIPROCIDADE

Entre muitas, as dificuldades concretas das comunidades e das organizações rurais se situam, sobretudo, na articulação difícil entre o mundo doméstico ou comunitário, onde existem ainda regras de reciprocidade, e o mundo da troca mercantil, aquele do mercado, dos bancos, da administração. A interface de sistemas (entre troca e reciprocidade) pode ser imposta pela própria comunidade, se ela for suficientemente forte para manter vivas as regras de reciprocidade no seu seio e com o seu entorno. Esse pode ser o caso de algumas comunidades na África, na Oceania, nos Andes e na Amazônia. No Brasil, especialmente, em

comunidades indígenas, quilombolas, camponesas ou de fundo de pasto (ALMEIDA, 2006; SABOURIN e CARON, 2009). Mas, geralmente, no marco da extensão e da valorização quase exclusiva do individualismo liberal e da lógica mercantil, o confronto leva a uma dominação da lógica de troca. Portanto, muitas vezes, essa interface ou articulação entre sistemas deve ser proposta ou imposta por uma autoridade reguladora, por exemplo, o Estado, mediante dispositivos jurídicos (constituição, leis) ou políticos – as políticas públicas e os seus instrumentos.

A proposta do desenvolvimento sustentável, menos radical que as estratégias anteriores de codesenvolvimento (SACHS, 1980) e de etnodesenvolvimento (JAULIN, 1984), teve a vantagem de realizar certa unanimidade. Mas ela sofre das suas contradições e da sua falta de operacionalidade em termos de articulação entre ética e troca mercantil. Uma saída operacional para um desenvolvimento rural mais sustentável foi procurada na associação entre abordagem territorial e políticas de reconhecimento do caráter multifuncional da agricultura e dos espaços rurais.

Como articular territorialidades produtivas em sistemas mistos associando troca, reciprocidade e políticas nacionais ou internacionais num contexto dominado pela lógica da troca?

Temple (2003) lembra que nesse tipo de situação existe uma antinomia entre as comunidades de reciprocidade e as sociedades nacionais regidas pelo princípio da troca. Contudo, as tensões aparecem quando as comunidades camponesas querem ter também acesso as riquezas do consumo e aos benefícios da modernidade. Essas riquezas são, de fato, criadas no quadro do mercado capitalista e, mesmo se elas são o produto do trabalho humano, o acúmulo do capital constitui também um fator de sua produção. Trata-se, portanto de pensar em uma organização econômica própria às comunidades de um lado e em uma organização econômica de livre troca no exterior, cuja confrontação deve ser articulada e negociada.

Ela poderia ser arbitrada pelo Estado? Podemos considerar o Estado nacional como um centro de reciprocidade e de redistribuição? Seria necessário, então, definir uma política contratual entre as comunidades e o Estado.

Um primeiro caso tratado a seguir se refere aos mercados públicos que, assim como a qualificação dos produtos, podem constituir territorialidades de reciprocidade, protegidas da concorrência capitalista (SABOURIN, 2012). Outra perspectiva diz respeito aos instrumentos de reconhecimento e de valorização da multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais. Finalmente, analisar as relações sociais e econômicas pela reciprocidade exige também ler as alienações características dessa lógica (SABOURIN, 2011c).

OS MERCADOS PÚBLICOS E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL

Os mercados públicos (chamados também de “institucionais” no Brasil) são mercados a preços garantidos. Constituem um instrumento de política pública de interface entre sistemas de troca e de reciprocidade. No mínimo, o mercado público introduz uma dimensão de reciprocidade e de justiça em um sistema dominado pela troca como o dos mercados agrícolas.

A leitura econômica pelo prisma da produtividade e da produção para a troca capitalista tende a homogeneizar uma visão da agricultura familiar que não leva em conta a diversidade das formas locais de agricultura, com certas características camponesas (GODOI et al., 2009; WANDERLEI, 2009; SABOURIN, 2009). Tal interpretação subestima a fragilidade e as flutuações rápidas e frequentes do mercado capitalista das grandes cadeias (leite, cereais, carne, etc.). Ignora a herança de diversos sistemas camponeses locais que garantem ainda a produção das unidades familiares graças à sua autonomia do

sistema de troca globalizada e a uma adaptação às demandas de mercados diversificados.

O potencial de conquista de nichos de mercados especializados e segmentados pelos agricultores familiares foi amplamente exagerado. Além do mais, quando políticas de apoio específicas foram implementadas, a maioria do financiamento foi captada ou desviada por agricultores patronais bem informados.

A verdadeira diversificação passa pelo acesso a uma variedade de mercados sejam eles locais, de proximidade, regionais ou nacionais. Passa também pela pluralidade das modalidades de acesso aos consumidores via cadeias curtas, mais fáceis de serem controladas pelos produtores: venda direta na propriedade ou nas feiras, festas para produtos típicos, venda às cooperativas de consumidores.

O conjunto dessas práticas apresenta a característica comum de reduzir o efeito da concorrência capitalista. Trata-se de mercados naturalmente, socialmente ou geograficamente protegidos e territorializados. Mas nada impede o Estado de criar também mercados politicamente protegidos.

É o caso das compras públicas de produtos alimentares que abastecem os hospitais, as cantinas escolares, a regulação dos estoques nacionais ou estaduais e que podem ser implantados na escala dos poderes municipais, regionais ou nacionais.

Uma experiência federal exemplar é conduzida conjuntamente pelo MDA, pelo MAPA através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representa uma verdadeira ferramenta adaptada ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. O valor máximo a ser pago por ano a cada família era de fato bem reduzido: 3.000 reais até 2008, 4.500 reais em 2009 (DELGADO *et al.*, 2007; CHMIELEWSKA e SOUZA, 2010).

O Programa compra a preço garantido todos os tipos de produtos da agricultura familiar, incluindo os que não exigem o recurso ao crédito (cultivos alimentares) e os produtos transformados na unidade (queijos, doces, açúcar mascavo, etc.).

Diante do sucesso desse programa, amplamente aprovado pelas organizações camponesas, o governo resolveu aumentar o teto por família (até 6.000 reais/família/ano, combinando varias modalidades, em 2011, e R\$ 9.000 em 2013), multiplicar os recursos e diversificar a gama dos produtos e das modalidades de acesso, em particular por meio das organizações sindicais e cooperativas (MDS-PAA, 2010).

Os mercados públicos gerados pelas coletividades locais, em interação com as organizações de agricultores, oferecem diversas vantagens: encurtar redes, reduzir os custos de transação, facilitar o controle de qualidade preservando territorialidades econômicas de reciprocidades localizadas (SABOURIN, 2006 e 2009).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

No caso do Brasil, o reconhecimento público dos dispositivos coletivos camponeses produzindo bens comuns e públicos tem constituído uma interface de sistema entre troca e reciprocidade; ela oferece uma alternativa de interação contratual entre o Estado e as organizações camponesas (SABOURIN, 2007, 2008). De fato, em termos de política pública, facilitar ou garantir o funcionamento, a reprodução, ou mesmo a perenidade ou a modernização desses dispositivos coletivos de interesse geral, apresenta várias vantagens mútuas. Para o Estado, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegação de serviços por meio de uma política pública contratual (GAUDIN, 1999). Para as organizações camponesas, esse apoio é bem vindo, pois reforça suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma. Tal

política remete ao conjunto das medidas de reconhecimento (jurídico, político, territorial) e de apoio (técnico, pedagógico, organizacional, institucional ou econômico) visando garantir o reconhecimento, o funcionamento e a gestão desses dispositivos.

Essas contribuições para bens comuns ou bens públicos são assumidas pelos agricultores por necessidade; entretanto, além do apoio à produção, elas garantem outras funções de interesse coletivo: preservação da floresta, da biodiversidade, da água, segurança alimentar e produção de referências técnicas. Essas prestações, não diretamente produtivas, dependem geralmente de estruturas e de regras sociais de proximidade e de reciprocidade construídas no tempo. Recuperar as funções de interesse coletivo significa, portanto, contribuir também para preservar ou modernizar as relações socioeconômicas (ajuda mútua, gestão partilhada de recursos) e os valores humanos éticos que elas produzem. Esses valores de confiança, equidade, justiça e responsabilidade não são dados culturalmente ou socialmente. Sua manutenção e sua reprodução passam pelo reconhecimento do nome, do saber e do gesto dos atores locais, camponeses, artesões e pescadores. Seu ser social, seu estatuto e seu prestígio dependem disso. Tal estratégia de reconhecimento do aspecto multifuncional da agricultura (e das territorialidades rurais) a partir de dispositivos coletivos pode valorizar vantagens comparativas específicas nos países do Sul.

Primeiramente, ela constitui uma estratégia operacional e concreta em matéria de desenvolvimento sustentável, associando exigências produtivas, sociais e ambientais (CARON et al., 2008). Em segundo lugar, seu custo pode ser reduzido em termos de recursos públicos, pois se trata essencialmente de confortar ou de reforçar práticas multifuncionais já existentes e assumidas pelos dispositivos coletivos dos agricultores. Enfim, ela permite evitar o desaparecimento dessas práticas multifuncionais conservando as estruturas econômicas de partilha, de ajuda mútua ou de redistribuição que elas garantem, assim como os valores humanos de confiança, de responsabilidade, ou de justiça

que elas produzem.

Diversas modalidades de apoio são possíveis: desde a atribuição de um estatuto jurídico (associação, federação, fundação, etc.) até a atribuição de equipamentos ou de infraestruturas (veículos, locais), ou ainda a concessão de subvenções submetidas a diversos tipos de condições – contrato, prestação de serviço, gestão de bens comuns, respeito de normas ambientais ou de sistemas técnicos mais sustentáveis, etc.

Pode se tratar, por exemplo, de validar ou reconhecer dentro de um quadro legal práticas preexistentes, como no caso da atribuição de direitos de uso ou de títulos de propriedade coletiva às associações de agricultores, garantindo a gestão de pastos comuns, de reservas de água ou de bancos de sementes (SABOURIN, 2010a).

Nos casos estudados no Brasil, o apoio público se transforma raramente em remuneração individual aos agricultores no que tange a serviços que eles garantiam gratuitamente antigamente. A remuneração, se ela existe, refere-se ao dispositivo ou à estrutura coletiva, que vê, assim, sua perenidade e seu funcionamento fortalecidos.

Pelo contrário, a aplicação de uma política de multifuncionalidade baseada na remuneração individual dos serviços associados à produção agrícola tende a monetarizar e a mercantilizar prestações antes voluntárias e que, além do mais, contribuem para a produção de valores humanos universais (BARTHÉLÉMY e NIEDDU, 2002). A mudança da natureza gratuita e voluntária dessas funções pode acelerar seu desaparecimento, ou simplesmente conduzir a uma desagregação das estruturas de reciprocidade que as garantem, alterando as regras e os valores.

O princípio pode ser estendido a dispositivos e organizações camponesas ou municipais assegurando a produção de bens comuns ou de bens públicos locais diferentes dos recursos naturais: informação, formação, inovação. É, por exemplo, o

caso do apoio às formações rurais assumidas por organizações de produtores (casas ou escolas familiares agrícolas, universidade camponesa, etc.) ou a dispositivos coletivos de produção de inovação por grupos de agricultores experimentadores. Os agricultores ou suas organizações garantem, a nível local ou regional, por esses dispositivos, funções de interesse geral de busca, de experimentação, de vulgarização, de formação gratuita e coletiva (SABOURIN, 2008 e 2010a). Tais iniciativas permitem repensar a implantação de uma política pública contratual de desenvolvimento territorial e multifuncional, constituir territorialidades de reciprocidade, assim como protegê-las da lógica de concorrência e de privatização da troca.

TERRITORIALIDADES DE RECIPROCIDADE

A territorialidade é um conceito que se declina ao plural, contrariamente à noção de território; contudo o plural traz a interface e a interface leva ao contrato. O contrato constitui precisamente um instrumento da nova ação pública territorial (GAUDIN, 1999). A noção de contrato entre atores de um projeto multifuncional territorial pode facilitar a formalização de uma interface entre uma relação de reciprocidade e uma relação de troca. O contrato encontra na abordagem territorial aplicações que podem tanto servir para submeter as relações de reciprocidade a estruturas capitalistas (a utilização da ajuda mútua ou das redes interpessoais), quanto para a tendência contrária. É, por exemplo, o caso das territorialidades econômicas geradas pela qualificação dos produtos em torno de uma identidade territorial ou através do selo personalizado (SABOURIN, 2009, 2012).

Nos estudos sobre o aspecto multifuncional da agricultura no Brasil (SABOURIN e DJAMA, 2003; SABOURIN, 2009, 2010 a e b; GROUPE POLANYI, 2008), o destaque foi colocado sobre a criação ou a modernização de dispositivos coletivos de apropriação e/ou de repartição coletiva de recursos (ou

dos meios de produção), necessários à produção agrícola, assimilados a bens comuns ou a bens públicos locais. Esses exemplos estabelecem a maneira que pode ser feita a alocação dos meios de produção, coletivamente e segundo práticas de reciprocidade, mesmo se, em seguida, o processo da produção se realiza de maneira familiar ou individual em vista de uma venda nos mercados (capitalistas ou não).

Nos casos estudados, o aspecto multifuncional e o caráter territorial e gratuito desses dispositivos coletivos são garantidos por regras de reciprocidade de origem camponesa ou autóctone. A atualização dessas regras por meio de organizações de natureza produtivista, fundadas no desenvolvimento da troca mercantil (associações de produtores e cooperativas), dá também lugar a tensões ou a conflitos de interesses.

Os principais ensinamentos são de duas ordens. Os dispositivos estudados mostram complementaridades mais ou menos estabilizadas, mas também tensões entre prestações (geralmente qualificadas de mercantis e não mercantis) de naturezas econômicas diferentes. Isso leva a aprofundar e melhor qualificar a natureza das regras e dos princípios econômicos que presidem cada uma dessas categorias de prestações. Consequentemente, proponho mobilizar os conceitos de troca e de reciprocidade que permitem dar conta de uma diferença essencial entre esses dois princípios econômicos opostos e de sua relação dialética.

Recorrer à oposição mercantil/não mercantil induz a um erro que leva a opor a reciprocidade ao mercado; enquanto, ainda hoje, a maioria dos mercados locais no mundo é de reciprocidade ou corresponde a mercados associando práticas de troca e de reciprocidade (SABOURIN, 2011a).

A ALIENAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O OLHAR DA RECIPROCIDADE

Um potencial de contribuição importante para a análise das políticas públicas e da ação do Estado reside na identificação das formas de alienação específicas às lógicas de reciprocidade. É um aspecto que não está sendo tratado pela teoria da dádiva.

A dupla leitura dos princípios econômicos (reciprocidade e troca) deve ser completada por uma dupla leitura das suas formas de alienação, sem o que não existe possibilidade de crítica e de correção. Frente ao desenvolvimento do clientelismo e do populismo na América latina, precisa-se dessa dupla análise para sair do impasse da crítica pela única racionalidade da lógica ocidental da troca.

Além do mais, deve-se evitar uma idealização das práticas e dos sistemas de reciprocidade. Assim como a troca capitalista, eles conhecem alienações perigosas.

Podem existir também organizações de agricultores ilegítimas que chegam a cooptar uma base social mínima e são mostradas como exemplos pelos responsáveis públicos ou pela cooperação internacional. Geralmente fundadas por políticos ou “caciques locais”, essas associações existem logicamente para captar os recursos das políticas públicas ou da cooperação internacional (BIERSCHENK et al., 2000). E detêm os meios para entrar perfeitamente na lógica das agências financeiras e das últimas políticas na moda, utilizar o discurso da participação, do desenvolvimento sustentável, dominando até o marketing da dinâmica empresarial responsável. Quando essas práticas acabam sendo reveladas, os poderes públicos e, principalmente, as agências internacionais, apelam para o desvio e para a corrupção. Mas, quem é corrompido e quem é o corruptor?

No entanto, essas alienações dos sistemas tradicionais são, geralmente, de natureza diferente daquelas da economia de troca (a exploração capitalista). Por outra parte, elas

foram pouco estudadas e criticadas, salvo raras exceções (GEFFRAY, 2007). Em primeiro lugar, é necessário estabelecer a crítica dessas formas de alienação. Se a centralização da redistribuição ou à assimetria da reciprocidade (dádiva agonística, paternalismo, clientelismo, etc.) são conhecidos e são objeto de estudos, como no caso do Brasil (LANNA, 1995; SIGAUD, 1996, 2007), podem ser sistematizados e analisados a partir da perspectiva da teoria da reciprocidade.

De fato, a crítica da exploração capitalista é inoperante em face desse tipo de alienação específica dos sistemas de reciprocidade ou dos sistemas mistos (SABOURIN, 2008; TEMPLE, 2010). Procurei entender as limitações da crítica marxista no Brasil. Uma das explicações (não é a única, nem talvez a principal) se deve ao fato de que o Brasil associa ao mesmo tempo estruturas de troca (mercantil ou capitalista) e estruturas de reciprocidade. A sociedade brasileira reúne, portanto, as respectivas formas de alienação dos dois sistemas. De um lado, funciona a exploração para o lucro e a acumulação privada, principal alienação do sistema de troca capitalista. Do outro lado, impera a alienação herdada de um sistema de reciprocidade assimétrico: a dominação paternalista (e improdutiva) dos descendentes dos senhores da terra, dos grandes proprietários rurais, mais também das novas castas do Brasil moderno: os políticos profissionais, os banqueiros, os altos cargos do judiciário, etc.

Contudo, a crítica marxista é inoperante face à alienação do sistema de reciprocidade, como mostrou a incapacidade do Partido dos Trabalhadores, uma vez no poder, de fazer política de uma maneira diferente. Portanto, ainda está para ser construída uma análise crítica específica dos sistemas de reciprocidade ou dos sistemas mistos.

Esse tipo de situação é particularmente grave nos países do sul onde coexistem os dois sistemas. Pois, na falta de crítica adaptada, entra-se no círculo vicioso da conjunção das alienações

dos dois sistemas: exploração capitalista e opressão paternalista, como identificado no Brasil (SABOURIN, 2011c). Outras formas de alienação dos sistemas de reciprocidade ligadas à fixação dos estatutos (classes e castas) ou de fechamento da reciprocidade dentro de imaginários totalitários (religiosos, ideológicos ou racistas) poderiam também ser reavaliadas sob o ângulo da teoria da reciprocidade.

CONCLUSÃO

Convém precisar os limites da teoria da reciprocidade. Ela não nega a existência do princípio de troca do ponto de vista econômico ou social, nem está propondo uma substituição das relações de troca por relações de reciprocidade. Apenas chama para uma dupla leitura. Pois cada uma dessas lógicas, podendo ser averiguada nos fatos, pode manter vantagens respectivas e, principalmente, conquistas, dentre as quais algumas são, sem dúvida, irreversíveis.

Em termos de políticas públicas não se trata tampouco de caricaturar as tensões ou os bloqueios opondo de maneira dualista organizações camponesas ideais, funcionando segundo regras de reciprocidade, e políticas públicas cegas defendendo a qualquer preço o modelo da troca neoliberal e da exploração capitalista. Pelo contrário. Muitas vezes, o Estado e as políticas públicas estão sendo mobilizados para regular os excessos dos efeitos e vieses do mercado capitalista. A ausência de política específica já constitui uma opção dos poderes públicos: a escolha de deixar o mercado de troca e a lei do mais potente dominarem o jogo. De fato, sem interface de sistema, ou seja, sem instrumento de regulação, o equívoco entre a natureza das lógicas de reciprocidade e de troca funciona para o exclusivo benefício da lógica da troca e da acumulação privada.

É importante existir a possibilidade de análises e debates que permitam tratar da natureza das organizações, da delegação do

poder, das normas e princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e, mais especificamente, dos valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social.

Dito isso, as políticas fundadas nos princípios ocidentais de justiça e de democracia participativa podem também fracassar face às lógicas de reciprocidade, quando encontram-se alienadas em relações assimétricas ou em estruturas centralizadas e hierárquicas.

Assim, em matéria de organização rural e de políticas públicas, precisamos: i) de uma leitura dupla baseada no reconhecimento da economia da reciprocidade ao lado da economia da troca; ii) de uma crítica das alienações que são próprias aos sistemas de reciprocidade e mistos; iii) de interfaces de sistema para promover um desenvolvimento, realmente sustentável, articulando, quando for possível, essas duas lógicas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Terras Tradicionalmente Ocupadas – terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livre, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto*. Manaus: PPGSCA/PNCSA, 2006.

ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 1998.

ANSPACH, Mark. *A charge de revanche. Figures de la réciprocité*. Paris: Seuil, 2002.

AUBERTIN Catherine; PINTON, Florence. Les paysans: figure emblématique du développement durable?. In: AUCLAIR, L. C. ASPE; BAUDOT, P. (Dir.) *Le retour des paysans à l'heure du développement durable*. Aix en Provence: IRD-EDISUD, 2006, p. 15-29.

ÁVILA, Mario Lucio de. *Ação pública territorializada de desenvolvimento rural: O caso do Território das Águas Emendadas*.

2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília, Brasília.

ÁVILA, Mario Lucio de; SABOURIN, Eric; DUARTE GOULART, Laura Maria; MASSARDIER, Gilles. ATER e desenvolvimento territorial: Uma análise crítica. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 1, n. 2, p. 427-448, 2011.

BARTHELEMY, Denis; NIEDDU, Martino. Biens marchands, biens identitaires et multifonctionnalité agricole. In: Colloque SFER: *La multifonctionnalité de l'activité agricole*. Paris: SFER, 21 e 22 de março de 2002.

BIERSCHENK, Thomas; CHAUVEAU, Jean Pierre; OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre. *Courtiers en développement. Les villages africains en quête de projets*. Paris: Karthala; Mayence, APAD, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques*. Sur la théorie de l'action. Paris: Le Seuil, 1994a.

BOURDIEU, Pierre. L'économie des biens symboliques, Cours du Collège de France à la Faculté d'Anthropologie et de Sociologie de l'Université Lumière Lyon. *Cahiers du Groupe de Recherche sur la Socialisation*, Lyon, n. 13, p. 12, 1994b.

BRASIL – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Referências para um desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: MDA-SDT-CONDRAF, 2003.

BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais*. Brasília: MDA, 2005.

BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Grupo Gestor – PAA. *Balanço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2010, Relatório descritivo*. Brasília: MDS, 2010.

CAILLE, Alain. *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yves. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.

CARON, Patrick et al.. Multifunctionality: refocusing a spreading, loose and fashionable concept for looking at sustainability? *International Journal of Agricultural Resources, Governance and Ecology*, 7 (4/5), p. 301 – 318, 2008.

CASTEL, Odile. La réciprocité: principe de comportement économique en conflit/coopération avec le profit et la redistribution. In: *Colloque L'économie au service de la société*. Dakar PEKEA & CODESRIA, 2006.

CHABAL, Mireille. Echange et réciprocité, 1996. Disponível em : <<http://mireille.chabal.free.fr/echangre.htm>>. Acesso em 3 mai 1998.

CHMIELEWSKA, Danuta; SOUZA, Darana. *Market Alternatives for Smallholder Farmers in Food Security Initiatives: Lessons from the Brazilian Food Acquisition Programme*. Brasília: SAE/PNUD, IPC-IC, Working Paper # 64, June 2010.

COUDEL, Emilie; SABOURIN, Eric; TONNEAU, Jean Philippe. “Dynamiques et apprentissages d'une première expérience de construction d'une Université Paysanne au Brésil”. In: TURCKHEIM, E. de; HUBERT, B; MESSEAN, A. (Coord.) *Concevoir et construire la décision: Démarches en agriculture, agroalimentaire et espace rural*. Versailles: Editions Quae, 2009. p. 313-332.

DELGADO, Nelson; BONNAL, Philippe; PEREIRA LEITE, Sergio; KATO, Karina. *Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ, OPPA/CPDA /IICA/Fórum DRS, 2008.

DELGADO, Guilherme; JUNIA, Conceição; JADER, José de Oliveira. Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, n. 0, p. 18-39, 2007.

- DURAN, Patrick. *Penser l'action publique*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1999.
- ECHEVERRI, Rafael. *Identidade e territórios no Brasil*. Brasília: MDA-SDT / IICA, 2009.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Logiques de l'exclusion*. Paris: Fayard, 1997 [1965].
- ELIAS, Norbert. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: Agora Pocket, 2004 [1970].
- ENCYCLOPÉDIA UNIVERSALIS. *Encyclopédia universalis*. Paris, Éditions Universalis, 20 vols, 1984.
- FLORENTINO, Laurence; SIMÕES, Aquiles; SABOURIN, Eric.; DUQUE, Ghilaine. As organizações profissionais agrícolas e a gestão dos recursos naturais: aprendizagens sociais e construção social de uma governabilidade. In: FONTAINE, G.; VLIET, G. V.; PASQUIS, R. (Coord.) *Políticas ambientales y gobernabilidad en América Latina*. Quito: Flacso, Cirad, 2007, p. 303-324.
- GAUDIN, Jean Pierre. *Gouverner par contrat, l'action publique en question*. Paris, Presses de sciences Po, 1999.
- GEFFRAY, Christian. *A opressão paternalista: Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro*. Rio de Janeiro: Educam- Editora universitária Candido Mendes, 2007.
- GODOI, Emilia Pietrafesa. *Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do Sertão*. In: GODOI, E. P; MENEZES, M. A. e MARIN, R. A. (Orgs.) *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. Vol II Estratégias de reprodução social. São Paulo: Ed.UNESP/ Nead, 2009, p. 289-302.
- GROUPE POLANYI. (Ed.) *La multifonctionnalité de l'agriculture: une dialectique du marché et de l'identité*. Versailles: Quae Editions, 2008.
- JAULIN, Robert. Ethnocide, Tiers Monde et ethno-développement. *Tiers Monde*, 1984, v. 25, n. 100, p. 913-927, 1984.
- LAGROYE, Jacques; BASTIEN, François; SAWICKI, Frédéric. *Sociologie politique*. Paris: Dalloz Presses de Sciences Po, 2002.

- LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- LAURENT, Catherine. Activité Agricole, Multifonctionnalité et Pluriactivité. *Pour*, n. 64, p. 41, dec. 1999.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Les structures élémentaires de la parenté*. La Haye: Mouton, 1967 [1949].
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss*. In: MAUSS, M. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1977 [1950].
- LUPASCO, Stéphane. *Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie*. Paris: Herman, 1951.
- MAHONEY, James. Path dependent explanations of regime change: Central America in comparative perspective. *Studies in Comparative International Development*, 36 (1), p. 111-141, 2001.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Les argonautes du Pacifique Occidental*. Paris: Payot, 1963. [1922].
- MARSH, David; SMITH, Martin. Understanding policy networks: Towards a dialectical approach. *Political Studies*, 48 (1), p. 4-21, 2000.
- MARTINS, Paulo Henrique. (Org.) *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Rosa. (Org.) *Polifonia do Dom*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2006.
- MARTINS, Paulo Henrique; NUNES FERREIRA, Brasilmar. (Org.). *A Nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- MASSARDIER, Gilles. *Politiques et action publiques*. Paris: Armand Colin, U, 2008.
- MASSARDIER, Gilles; SABOURIN, Eric; LECUYER, Lauren; AVILA, Mario Lucio de. La démocratie participative comme structure d'opportunité et de renforcement de la notabilité sectorielle. Le cas des agriculteurs familiaux dans le Programme

- de Développement Durable des Territoires Ruraux au Brésil, territoire Aguas Emendadas. *Participations*, 1 (2), p. 78-102, 2012.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003 [1924].
- MEDARD, Jean-François. Le rapport de clientèle: du phénomène social à l'analyse politique. *Revue française de science politique*, 26 (1), p. 103-131, 1976.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. A reciprocidade e a economia moral; repensando o campesinato. In: MARTINS, P. H. e CAMPOS, B. C. *Polifonia do Dom*. Recife: Ed. Ufpe, 2006, p. 209-234.
- MORMONT, Marc. Scientific communication and sustainable rural development. In: *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-5 agosto 2000.
- OSTROM, Elinor. Toward a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity and Reputation. In: OSTROM, E. & WALKER. (Ed.) *Trust and Reciprocity: Interdisciplinary Lessons for Experimental Research*. New York: Russell Sage Foundation, 2003, p. 19-78.
- OSTROM, Elinor. Policies that Crowd out Reciprocity and Collective Action. In: GINTIS, H.; BOWLES, S.; BOYD, R. & FEHR, E. *Moral Sentiments and Material Interests: The Foundations of Cooperation in Economic Life*. Cambridge: MIT Press, 2005, p. 253-275.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad. (Dir.) *Trade and Market in the Early Empires. Economics in History and Theory*. New York: The Free Press, 1957.
- RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, 22 (3), p. 249-284, 2007.
- SABATIER, Paul; JENKINS-SMITH, Hank (Eds.) *Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach*. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, 20, p. 56-64, 1999.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. *Tomo*, v. 7, p. 75-104, 2004. Aracaju: UFS.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.) *A diversidade agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p. 108-132.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*, 22 (3), p. 715-751, 2007.

SABOURIN, Eric. Oppression paternaliste et exploitation capitaliste au Brésil. *Lusotopie*, 15 (2), p. 231-234, 2008.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric. Multifuncionalidade e relações não mercantis: manejo de recursos naturais no Nordeste. *Cadernos do CRH*, 23 (58), p. 05-18, 2010a.

SABOURIN, Eric. Dispositivos coletivos de apoio à produção e dinâmicas territoriais. *Raízes*, 28-29 (1), p. 154-165, 2010b.

SABOURIN, Eric. *Organizações e sociedades camponesas, uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: Ed UFRGS, Série Estudos Rurais, 2011a.

SABOURIN, Eric. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 19(1), p. 5-29, 2011b.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. *Sociologias*, 13 (27), p. 24-51, 2011c.

SABOURIN, Eric. A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 4 (2), p. 83-104, 2012.

SABOURIN, Eric; CALDAS LIMA, Eduardo; MOREIRA, Ivaldo. Politiques de développement territorial et intercommunalité

au Brésil: tensions et complémentarités. In: *Coll. International Circulation et appropriation des normes de l'action publique locale*, Montpellier, março de 2013.

SABOURIN, Eric; CARON, Patrick. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI, E.P; MENEZES, M; AZEVEDO, M. R. (Org.) *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. v. 2, Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP Editora, Nead, 2009, p. 89-116. Coleção História Social do Campesinato no Brasil, Tomo IV.

SABOURIN, Eric; DJAMA, Marcel. Pratiques paysannes de la multifonctionnalité: Nordeste brésilien et Nouvelle Calédonie. *Economie Rurale* 273-274, p. 120-133, 2003.

SABOURIN, Eric et al. Reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 22, p. 293-307, 2005.

SABOURIN, Eric; RODRIGUES J. A. Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia-MT. In: PROJETO DIÁLOGOS (Ed.) *Desenvolvimento Territorial, Diretrizes para a região da BR 163*, v. 2. Brasília: WWF, Cirad, ICV, Ipam, CDS, UE, 2009, p. 45-81.

SACHS, Ignacy. *Stratégies de l'écodéveloppement*. Paris: Éd. ouvrières & Éd. Économie et Humanisme, 1980.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA KURATH, Marcel; MORUZZI, Paulo. *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do 'Ensaio sobre o dom'. *Mana—Estudos de Antropologia Social*, 5 (2), p. 89-124, 1999.

SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Revista Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, p. 361-388, 1996.

SIGAUD, Lygia. 'Se eu soubesse'. Os dons, as dívidas e suas equivalências. *Ruris*, v. 1, n. 2, p. 123-153, set. 2007.

TEMPLE, D. Ideología marxista y teoría moderna de la reciprocidad: Crítica de las tesis de Álvaro García Linera, 2010.

Disponível em: <<http://www.politicaspabolivia.com/?p=163>>.

Acesso em: 5 nov. 2011.

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. *La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine*. Paris: l'Harmattan, 1995.

TEMPLE, Dominique. Les structures élémentaires de la réciprocité. *Revue du MAUSS*, Paris, n. 12(2), p. 234-242, 1998.

TEMPLE, Dominique. *Teoría de la Reciprocidad*. La Paz: PADEP/GTZ, 2003, 3 Tomos.

TEMPLE, Dominique. L'économie humaine. *Revue du MAUSS*, n. 10 (1), p. 103-109, 1997.

THURNWALD, Richard. *L'Economie primitive*. Paris: Payot, 1937 [1932].

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. (Org.) *Agricultura familiar, políticas públicas e dinâmicas locais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

VEIGA, Iran; OLIVEIRA, Miriam C.; BENTES, Francineide. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no sul e sudeste do Pará. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.) *Agricultura familiar, políticas públicas e dinâmicas locais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Um percurso na sociologia rural: textos escolhidos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2009.

ERIC SABOURIN – Sociólogo e antropólogo do CIRAD (França) Unidade Art-Dev [5281], e pesquisador visitante no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. E-mail: eric.sabourin@cirad.fr.